

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MONTIJO E AFONSOEIRO

ATA N.º 4

Sessão Ordinária realizada a 18 de junho de 2026

Ao décimo oitavo dia, do mês de junho, do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro em Sessão Ordinária, pelas vinte e uma horas, na sala de sessões da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM – 3.ª Alteração Orçamental Modificativa para o ano de 2026.

PONTO DOIS – Informações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia, prestadas nos termos e para efeitos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A sessão foi presidida por **Fernando António Neves Cepinha Belo** (MVC), Presidente da Mesa da Assembleia, **Íris Bona Pereira** (MVC), Primeira Secretária e **Tiago Miguel Rodrigues Oliveira** (MVC), Segundo Secretário.

Participaram em conformidade com a lista de presenças (Anexo I) que faz parte integrante desta ata, para além dos acima mencionados, os seguintes deputados: **MVC** – Nélia Maria Caeiro Espada Serrano, Maria João dos Santos Castanheiro Guerreiro, António Luís Costa de Oliveira; **CHEGA** – João Miguel Poças da Cruz Marcelino, Nuno Miguel da Costa Caetano, Maria Clara Ferreira Portela de Sousa, Celestino Fernando Lucas Nunes, José Pedro Simões Pato; **PS** – Maria Fernanda Pereira Fernandes Carreira, Paulo Jorge Jordão Braz, António Carlos Dias Ramos; **PSD** – Pedro Manuel Sousa Gonçalves, Guilherme Rodrigues Lopes da Silva, Isabel Maria Daniel Bentes dos Santos; **CDU** – João Carlos Cavaco Peres; **LIVRE** – Miguel Videira Cardoso Dias.

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, Fernando António Neves Cepinha Belo, verificando a existência de quórum, declarou aberta a sessão, dirigindo uma saudação aos membros do Executivo da Junta de Freguesia, aos Deputados da Assembleia de Freguesia, aos trabalhadores da Autarquia, aos fregueses presentes e ao público que acompanhava os trabalhos através da transmissão online.

De seguida, deu início ao período destinado à intervenção do público. Não se registando qualquer inscrição para uso da palavra, passou-se à apreciação e votação das atas das sessões anteriores. Relativamente à Ata n.º 2, referente à sessão ordinária realizada em 17 de abril de 2026, o Deputado **João Marcelino** (CHEGA) questionou se tinha sido efetuada a correção anteriormente assinalada por correio eletrónico. O Senhor **Presidente da Mesa** confirmou que a alteração havia sido introduzida tal como solicitado.

No âmbito da apreciação da referida ata, a Deputada **Maria Fernanda Fernandes** (PS) felicitou os serviços responsáveis pela elaboração das atas, destacando a qualidade dos documentos apresentados, nomeadamente ao nível da utilização da língua portuguesa e da clareza da redação.

Não se registando mais intervenções, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** submeteu a Ata n.º 2 a votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade** dos membros com direito de voto presentes.

Seguidamente, foi colocada à apreciação a Ata n.º 3, referente à sessão extraordinária realizada em 15 de maio de 2026. Não tendo sido apresentadas propostas de alteração ou pedidos de esclarecimento, a mesma foi submetida a votação, sendo **aprovada por unanimidade** dos membros com direito de voto presentes.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** deu início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia**, Vasco Fernandes.

No uso da palavra, o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia** apresentou dois esclarecimentos por escrito, os quais ficam anexos à presente ata e dela fazem parte integrante (Anexo II e III). No primeiro esclarecimento, o Senhor Presidente agradeceu os contributos apresentados pelos **Deputados Maria Fernanda Fernandes** (PS) e **Miguel Dias** (LIVRE) aquando da apreciação do Relatório de Gestão de 2025 e do Projeto de Regulamento e Tabela de Taxas da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro. Informou que foram identificadas e corrigidas incorreções de natureza formal nos documentos em causa, esclarecendo que as mesmas não produzem qualquer alteração nos valores das taxas propostas nem na metodologia utilizada para o respetivo cálculo, sendo as correções introduzidas antes da publicação final do regulamento em Diário da República. No segundo esclarecimento, prestou informações relativas à sua intervenção na última sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia, reafirmando o respeito pela autonomia e competência da Mesa e da Assembleia de Freguesia. Referiu que a sua atuação teve como único objetivo alertar para questões relacionadas com o enquadramento legal da matéria então em apreciação, rejeitando qualquer interpretação de condicionamento ou interferência nas competências daqueles órgãos. Destacou ainda o clima de cooperação institucional existente entre o Executivo e a Assembleia de Freguesia e reiterou o seu compromisso com o respeito pela legalidade, pelos princípios democráticos e pelo interesse público.

Seguidamente, o Deputado **Miguel Dias** (LIVRE) apresentou uma recomendação dirigida ao Executivo da Junta de Freguesia, cujo texto integral fica anexo à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo IV). A recomendação teve por objeto a criação de uma sala de apoio ao estudo, destinada a alunos do 1.º ao 9.º ano de escolaridade residentes na União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, pertencentes a agregados familiares em situação

de vulnerabilidade socioeconómica. Na apresentação da proposta, o Deputado destacou a importância de promover a igualdade de oportunidades no acesso à educação, defendendo a criação de um espaço de apoio escolar gratuito, que contribua para o combate ao insucesso e abandono escolar, o apoio às famílias mais carenciadas e o reforço da coesão social na freguesia. Referiu, ainda, que a medida poderá assentar em parcerias com estabelecimentos de ensino, centros de estudo, associações locais e voluntários qualificados, aproveitando os recursos existentes na comunidade para assegurar o acompanhamento educativo dos alunos abrangidos. Concluiu, manifestando a disponibilidade do LIVRE para colaborar na definição dos instrumentos necessários à implementação da medida proposta.

O Senhor Deputado **João Peres** (CDU) cumprimentou os presentes e manifestou solidariedade para com os Deputados **António Oliveira** (MVC) e **Maria Fernanda Fernandes** (PS), pela posição assumida na sessão anterior relativamente à leitura do voto de pesar, considerando que a mesma não foi possível devido à condução dos trabalhos. De seguida, apresentou um voto de pesar pelo falecimento de Avelino dos Santos Antunes, cujo texto integral fica anexo à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo V), destacando o seu percurso sindical, político e autárquico, bem como o seu empenho ao serviço dos trabalhadores, do concelho e do Partido Comunista Português, propondo que a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro aprovasse o referido voto. Por fim, evocou a última intervenção de Avelino Antunes na Assembleia Municipal de Montijo, salientando a sua coerência e fidelidade aos princípios que sempre defendeu.

Não se registando mais intervenções, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** submeteu o voto de pesar a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

Em declaração de voto, o Deputado **Celestino Nunes** (CHEGA) apresentou a declaração de voto da sua bancada, cujo texto integral fica anexo à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo VI), referindo que a sua bancada se associava ao voto de pesar pelo falecimento de Avelino dos Santos Antunes, reconhecendo e enaltecendo a sua dedicação à causa pública e a sua participação empenhada nos órgãos autárquicos do concelho. Salientou, ainda, que, não obstante as diferenças ideológicas existentes, considerava justo prestar homenagem ao seu percurso de intervenção cívica e autárquica.

Usou igualmente da palavra o Deputado **Miguel Dias** (LIVRE), que, em nome dos eleitos do LIVRE na Assembleia Municipal e na Assembleia de Freguesia, manifestava o seu profundo pesar pelo falecimento de Avelino dos Santos Antunes. Destacou o seu percurso de dedicação à causa pública, à participação democrática e à intervenção cívica no concelho de Montijo, considerando que, independentemente das diferenças ideológicas e partidárias, o seu contributo para a vida democrática local era merecedor

de respeito e reconhecimento. Endereçou, ainda, condolências à família, amigos e camaradas de Avelino dos Santos Antunes.

Retomando a apreciação da recomendação apresentada pelo LIVRE, usou da palavra a Deputada **Nélia Serrano** (MVC), que começou por manifestar a sua solidariedade para com o Partido Comunista Português pelo falecimento de Avelino dos Santos Antunes, enaltecendo o seu percurso humano, cívico e político. Relativamente à recomendação apresentada pelo LIVRE, referiu que o MVC concordava com os objetivos da proposta, salientando que uma medida semelhante já constava do respetivo programa eleitoral. Solicitou, contudo, esclarecimentos quanto à forma de operacionalização da medida proposta, bem como sobre os eventuais custos associados à sua implementação por parte da freguesia.

Seguidamente, usou da palavra a Deputada **Maria João Castanheiro** (MVC), que apresentou uma declaração de reconhecimento e saudação à União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro pela organização das comemorações do Dia Mundial da Criança, realizadas no dia 31 de maio de 2026, no Parque Municipal de Montijo, cujo texto integral fica anexo à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo VII). Na sua intervenção, destacou o sucesso da iniciativa e o impacto positivo que a mesma teve junto das crianças e das famílias da freguesia, sublinhando a importância de promover atividades que incentivem o convívio comunitário, a ocupação saudável dos espaços públicos e o bem-estar das crianças. A Deputada enalteceu, ainda, o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia, pelos seus trabalhadores, pelas associações e entidades parceiras envolvidas na organização do evento, considerando que iniciativas desta natureza contribuem para a valorização da infância, da juventude e das famílias, reforçando os laços comunitários. Por fim, agradeceu a colaboração prestada pelos deputados que participaram na preparação e montagem da iniciativa, salientando o espírito de cooperação institucional demonstrado.

Usou de seguida a palavra o Deputado **Pedro Gonçalves** (PSD), que se pronunciou sobre a recomendação apresentada pelo LIVRE, remetendo para uma declaração escrita cujo texto integral fica anexo à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo VIII). Na sua intervenção, começou primeiramente por manifestar pesar pelo falecimento de Avelino dos Santos Antunes, associando-se às homenagens prestadas pela Assembleia. Relativamente à recomendação para a criação de uma sala de apoio ao estudo, reconheceu o mérito social da proposta e a importância dos objetivos prosseguidos, nomeadamente ao nível da promoção da igualdade de oportunidades e do apoio às famílias mais vulneráveis. Contudo, salientou que a proposta carecia de maior aprofundamento quanto à sua viabilidade financeira e operacional, referindo a ausência de uma estimativa de custos, a necessidade de avaliar os recursos humanos necessários, os encargos associados ao funcionamento do serviço e as questões relacionadas com seguros e responsabilidade civil. Destacou ainda a importância de realizar um diagnóstico prévio junto dos agrupamentos escolares, de forma a identificar os apoios já existentes e

evitar a eventual duplicação de respostas educativas. Referiu, igualmente, a necessidade de clarificar os critérios de acesso ao apoio e os mecanismos de articulação com as entidades competentes na área social. Por último, questionou se a implementação de uma medida desta natureza não se enquadraria mais adequadamente no âmbito das competências da Câmara Municipal, defendendo a realização de um estudo prévio que permita avaliar a exequibilidade da proposta.

Usou seguidamente da palavra a Deputada **Maria Fernanda Fernandes** (PS), que começou por assinalar a conveniência de os assuntos serem discutidos individualmente, tendo o **Senhor Presidente da Mesa** esclarecido a metodologia adotada para a condução dos trabalhos. Relativamente à recomendação apresentada pelo LIVRE, a Deputada manifestou o apoio da bancada do PS à iniciativa, reconhecendo o seu mérito social e educativo. Referiu que a proposta se encontrava alinhada com medidas semelhantes defendidas por outras forças políticas e considerou que a sua implementação deveria adequar-se às capacidades e recursos da Junta de Freguesia. Manifestou ainda disponibilidade pessoal para colaborar na concretização da iniciativa, caso tal viesse a ser considerado útil. No que respeita à declaração apresentada sobre as comemorações do Dia Mundial da Criança, associou-se às palavras de apreço dirigidas ao Executivo da Junta de Freguesia e a todos os envolvidos na organização da iniciativa.

Tomou depois da palavra o Deputado **Guilherme Silva** (PSD), que começou por se associar às manifestações de pesar pelo falecimento de Avelino dos Santos Antunes, destacando o seu percurso de dedicação à causa pública, a sua intervenção cívica e política e o contributo prestado ao concelho de Montijo ao longo dos anos. Salientou, ainda, a firmeza com que defendeu as suas convicções, considerando que o seu percurso constitui um exemplo de participação democrática, independentemente das diferenças ideológicas existentes. Relativamente à recomendação apresentada anteriormente pelo LIVRE, reconheceu o interesse e a relevância social da proposta, sublinhando a importância de apoiar crianças e jovens provenientes de agregados familiares com maiores dificuldades económicas. Contudo, considerou que a iniciativa beneficiaria de uma fundamentação mais aprofundada, designadamente através da avaliação das respostas de apoio ao estudo já existentes nos estabelecimentos de ensino do concelho e da análise da respetiva taxa de utilização, de forma a identificar necessidades efetivas e evitar a duplicação de recursos.

No seguimento da discussão da recomendação apresentada pelo LIVRE, o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia** tomou a palavra para prestar esclarecimentos. Referiu que a criação de respostas de apoio ao estudo para crianças e jovens já constava do programa eleitoral do Movimento Visão e Coração, encontrando-se o Executivo a estudar a melhor forma de concretizar essa medida. Salientou, contudo, a necessidade de avaliar cuidadosamente os recursos disponíveis e de evitar a duplicação de respostas já existentes. Nesse âmbito, mencionou diversos projetos sociais atualmente em funcionamento na freguesia e no concelho que já desenvolvem ações de apoio educativo

e acompanhamento escolar, designadamente através de projetos comunitários e instituições locais. Informou, ainda, que o Executivo se encontrava a analisar soluções que permitam complementar as respostas existentes, nomeadamente através da utilização de instalações próprias ou da celebração de protocolos com associações e entidades sediadas junto dos estabelecimentos de ensino, procurando identificar necessidades que ainda não se encontrem devidamente supridas. Concluiu agradecendo a recomendação apresentada pelo LIVRE, reconhecendo a pertinência da preocupação manifestada relativamente ao apoio educativo e à promoção da igualdade de oportunidades.

De seguida usou da palavra o Deputado **João Peres** (CDU), que se pronunciou sobre a recomendação apresentada pelo LIVRE. Na sua intervenção, referiu que partilhava algumas das questões e reservas anteriormente colocadas por outros membros da Assembleia, designadamente no que respeita à viabilidade financeira e operacional da medida proposta. Salientou que já existem, no concelho, respostas de apoio educativo promovidas por estabelecimentos de ensino e projetos de natureza social, questionando a necessidade de criação de uma nova estrutura com objetivos semelhantes. O Deputado questionou, ainda, a compatibilidade da proposta com as competências legalmente atribuídas à Junta de Freguesia, bem como a forma como poderiam ser assegurados os recursos humanos necessários à sua implementação, tendo em conta as dificuldades existentes no setor da educação. Solicitou, igualmente, esclarecimentos sobre os custos que a medida poderia representar para a freguesia e sobre a forma do seu eventual financiamento.

Em resposta às questões colocadas pelos membros da Assembleia, o Deputado **Miguel Dias** (LIVRE) esclareceu que a iniciativa apresentada assumia a forma de recomendação ao Executivo, não constituindo uma proposta fechada quanto ao modelo de implementação. Referiu que o objetivo da recomendação era lançar a discussão sobre uma medida de apoio educativo destinada a complementar as respostas já existentes, cabendo posteriormente ao Executivo avaliar as condições da sua concretização, incluindo os respetivos aspetos financeiros, operacionais e regulamentares. Sublinhou, ainda, que a eventual inexistência de cabimento orçamental imediato não constituía, por si só, um impedimento à implementação futura da medida, uma vez que os instrumentos orçamentais podem ser objeto de alterações ao longo do mandato. Por fim, manifestou disponibilidade para colaborar com o Executivo e com as restantes forças políticas na definição de soluções que permitam concretizar os objetivos subjacentes à recomendação apresentada.

Não se registando mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** submeteu a recomendação apresentada pelo LIVRE a votação. A recomendação foi **aprovada por maioria, com dez votos a favor** (6 MVC, 3 PS e 1 LIVRE), **zero abstenções e nove votos contra** (5 CHEGA, 3 PSD e 1 CDU).

Em declaração de voto, a Deputada **Maria Clara Sousa** (CHEGA) apresentou a declaração de voto da sua bancada, cujo texto integral fica anexo à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo IX), justificando o sentido de voto desfavorável da sua bancada, considerando que a recomendação apresentada não era acompanhada por um estudo prévio de impacto financeiro e orçamental que permitisse avaliar os encargos decorrentes da sua implementação. Referiu ainda que a concretização da medida implicaria custos associados ao acompanhamento educativo e à eventual celebração de protocolos com entidades externas, defendendo que a Junta de Freguesia deverá concentrar os seus recursos no cumprimento das suas competências prioritárias, designadamente na área da limpeza urbana.

Justificando o sentido de voto da bancada da CDU, o Deputado **João Peres** apresentou a declaração de voto da sua bancada, cujo texto integral fica anexo à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo X), referindo que o direito à educação constitui um direito constitucional de carácter universal, cuja garantia deve ser assegurada pelo Estado através do sistema público de ensino. Defendeu que as dificuldades socioeconómicas das famílias devem ser combatidas através de políticas públicas estruturais, designadamente nas áreas dos salários, pensões, emprego, habitação e educação, considerando que estas matérias se inserem no âmbito de responsabilidade do Governo. Sublinhou, ainda, que a Junta de Freguesia deve privilegiar o exercício das competências que lhe estão legalmente atribuídas, manifestando reservas quanto à adequação da medida proposta face às responsabilidades e recursos da autarquia.

Por sua vez, a Deputada **Nélia Serrano** (MVC) apresentou uma declaração de voto, cujo texto integral fica anexo à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo XI). Na sua intervenção, manifestou a concordância do MVC com os objetivos da recomendação apresentada pelo LIVRE, considerando que a promoção da igualdade de oportunidades no acesso à educação e o apoio às crianças e jovens em situação de maior vulnerabilidade constituem objetivos relevantes para a comunidade. Referiu, igualmente, que a preocupação com a criação de respostas de apoio educativo já integrava o programa eleitoral do MVC, considerando positiva a convergência de diferentes forças políticas em torno desta matéria. Sublinhou, ainda, a importância de uma articulação entre a Junta de Freguesia, os estabelecimentos de ensino, as associações locais e os restantes agentes educativos, defendendo a implementação de soluções sustentáveis e adequadas às necessidades da população. Concluiu, reafirmando a disponibilidade do Movimento com Visão e Coração para colaborar na definição e concretização de medidas que promovam o sucesso escolar e a inclusão social.

Seguidamente, o Deputado **Guilherme Silva** (PSD) usou da palavra para manifestar o seu reconhecimento relativamente a duas iniciativas recentemente realizadas na freguesia. Começou por enaltecer a realização da Feira do Livro, promovida pela Sociedade Filarmónica Democrática 2 de Janeiro, em parceria com a Câmara Municipal de Montijo e a União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, destacando a significativa participação

das famílias e dos jovens, bem como o contributo da iniciativa para a promoção da leitura e do acesso à cultura. De igual modo, felicitou a Junta de Freguesia pela organização das comemorações do Dia Mundial da Criança, realizadas no Parque Municipal de Montijo, salientando a forte adesão registada e a importância deste tipo de iniciativas na promoção do convívio comunitário e do bem-estar das crianças da freguesia. Concluiu, deixando uma nota de agradecimento a todas as entidades e participantes que contribuíram para o sucesso de ambas as iniciativas.

Tomou seguidamente a palavra o Deputado **Tiago Oliveira** (MVC), que apresentou uma declaração de felicitação, cujo texto integral fica anexo à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo XII). Na sua intervenção, felicitou diversas associações, clubes, atletas e grupos culturais do concelho de Montijo pelos resultados alcançados em competições e eventos de âmbito regional, nacional e internacional. Destacou, entre outras entidades, o Montijo Basket Associação, o projeto “The Pack” da Sociedade Filarmónica 1.º de Dezembro, o Ginásio Clube do Montijo, o Clube de Judo do Montijo, o We Can Dance e o Olímpico do Montijo, enaltecendo os títulos, classificações e distinções obtidos nas respetivas modalidades e áreas de atividade. Sublinhou que estes resultados constituem o reflexo do empenho, dedicação e trabalho desenvolvido por atletas, artistas, treinadores, dirigentes, técnicos e famílias, contribuindo para a valorização do concelho e para a projeção do nome do Montijo a nível nacional e internacional. Concluiu, apresentando felicitações a todos os envolvidos pelos sucessos alcançados e formulando votos de continuação dos seus êxitos futuros.

Seguidamente, a Deputada **Íris Pereira** (MVC) apresentou uma declaração política relativa ao Mês da Consciencialização para a Saúde Mental Masculina, cujo texto integral fica anexo à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo XIII). Na sua intervenção, destacou a importância de promover uma maior consciencialização para as questões relacionadas com a saúde mental dos homens, chamando a atenção para os estigmas e preconceitos que ainda persistem nesta matéria e que, frequentemente, dificultam a procura de apoio por parte de quem enfrenta situações de sofrimento psicológico. Sublinhou a necessidade de fomentar uma cultura de maior abertura, informação e sensibilização relativamente à saúde mental, defendendo que esta deve ser encarada como uma prioridade de saúde pública e de bem-estar comunitário. Referiu, ainda, o papel das autarquias locais na promoção da saúde mental, através do desenvolvimento de iniciativas de sensibilização, da criação de redes de apoio e do fortalecimento dos laços comunitários, contribuindo para uma comunidade mais inclusiva, informada e solidária.

Usou da palavra, de seguida, a Deputada **Maria Fernanda Fernandes** (PS), que apresentou uma declaração política integrada numa série de intervenções designada “Viagens na Minha Terra”, iniciativa que, segundo referiu, visa abordar de forma construtiva aspetos da realidade local, identificando problemas e valorizando boas práticas existentes na freguesia. O texto integral da declaração fica anexo à presente ata

e dela faz parte integrante (Anexo XIV). Na intervenção apresentada sob o título “Viagem Virtual pelo Site da Freguesia”, a Deputada chamou a atenção para a necessidade de atualização e revisão dos conteúdos disponibilizados no sítio eletrónico da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro. Como exemplo, apontou a permanência de informação relativa a iniciativas realizadas em anos anteriores, designadamente colónias balneares destinadas a crianças e seniores, considerando que a manutenção desses conteúdos pode induzir os utilizadores em erro. Referiu, igualmente, a divulgação do projeto “Cuidar+65”, questionando a atualização das informações disponibilizadas relativamente aos seus objetivos, responsáveis e atividades desenvolvidas, tendo defendido uma revisão global do portal eletrónico da freguesia, de forma a garantir uma comunicação mais eficaz, atualizada e útil para os cidadãos.

No âmbito da iniciativa “Viagens na Minha Terra”, usou seguidamente da palavra o Deputado **Paulo Braz** (PS), que apresentou uma declaração política cujo texto integral fica anexo à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo XV). Na sua intervenção, abordou a problemática da gestão de resíduos urbanos e da limpeza pública na freguesia e no concelho de Montijo, manifestando preocupação com o agravamento das situações de acumulação de lixo junto dos contentores e nos espaços públicos. Referiu que, para além dos resíduos de grande dimensão, se tem verificado um aumento da deposição indevida de resíduos domésticos, situação que, no seu entendimento, afeta a imagem urbana da freguesia e pode constituir um risco para a saúde pública. O Deputado defendeu que, enquanto autarquia de proximidade, a Junta de Freguesia deve assumir um papel mais interventivo nesta matéria, promovendo junto das entidades competentes soluções que contribuam para melhorar as condições de higiene urbana e a qualidade de vida da população. Concluiu, apelando à adoção de medidas que permitam responder de forma mais eficaz aos problemas identificados, especialmente num período de maior afluência de visitantes ao concelho, associado às festividades e à época de verão.

Posteriormente, tomou a palavra o Deputado **António Ramos** (PS), que começou por se associar às manifestações de reconhecimento dirigidas às associações, coletividades e atletas do concelho pelos resultados alcançados nas respetivas áreas de atividade. Agradeceu igualmente as referências efetuadas à Banda Democrática 2 de Janeiro e à realização da Feira do Livro, considerando que a iniciativa constituiu um momento positivo para a associação e para a cidade. Associou-se ainda às homenagens prestadas a Avelino dos Santos Antunes, destacando as qualidades humanas e cívicas que lhe eram reconhecidas por todos aqueles que com ele privaram. O Deputado felicitou também a Junta de Freguesia pela organização das comemorações do Dia Mundial da Criança, salientando a qualidade da iniciativa e a adesão registada por parte da população. Por fim, manifestou preocupação relativamente à situação das obras do Polidesportivo do Esteval, referindo ter constatado uma aparente interrupção dos trabalhos. Sublinhou a importância daquele equipamento para o desenvolvimento da prática desportiva no

concelho e para a criação de melhores condições para os clubes e atletas locais, questionando o ponto de situação da empreitada e as perspetivas para a sua conclusão.

Em resposta à questão colocada pelo Deputado **António Ramos (PS)**, o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia** solicitou ao Segundo Vogal do Executivo, **Alexandre Quendera**, responsável pelo pelouro do Desporto, que prestasse os esclarecimentos considerados pertinentes. No uso da palavra, o Vogal **Alexandre Quendera** informou que as intervenções previstas para os polidesportivos do Esteval e da Caneira se encontram integradas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), referindo que os respetivos processos têm sido marcados por sucessivos constrangimentos, adiamentos e dificuldades de execução. Esclareceu que, no caso do Polidesportivo do Esteval, a empresa adjudicatária deixou de responder aos contactos efetuados pela Junta de Freguesia, pela Câmara Municipal e pela fiscalização da obra, encontrando-se o Executivo a avaliar os mecanismos legais disponíveis para ultrapassar a situação e garantir a conclusão da empreitada. Relativamente ao Polidesportivo da Caneira, informou que a obra se encontra numa fase adiantada de execução, faltando apenas concluir alguns trabalhos finais, designadamente a pintura do pavimento. Concluiu, reconhecendo a importância destes equipamentos para a prática desportiva no concelho e manifestando concordância quanto à necessidade de disponibilizar infraestruturas adequadas à população e ao movimento associativo local.

Retomando o uso da palavra, o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia** respondeu às questões e observações apresentadas pelos membros da Assembleia. Relativamente à intervenção da Deputada **Maria Fernanda Fernandes (PS)**, reconheceu a existência de informação desatualizada no sítio eletrónico da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, considerando a atualização dos conteúdos institucionais uma preocupação e uma prioridade do Executivo. Referiu que, apesar das limitações de recursos existentes, se encontra prevista uma revisão da informação disponibilizada, de forma a melhorar a comunicação com os cidadãos. No que respeita ao projeto “Cuidar+65”, esclareceu que o mesmo se encontra atualmente sob a coordenação do Segundo Vogal do Executivo, **Alexandre Quendera**, estando a ser objeto de reformulação. Explicou que a informação existente no sítio eletrónico foi temporariamente mantida para não dificultar o contacto ou a inscrição de potenciais participantes, até à conclusão do processo de atualização do projeto. Acrescentou ainda que se encontra prevista a extensão da iniciativa à zona do Afonsoeiro, complementando a atividade já desenvolvida no Montijo.

Respondendo à intervenção do Deputado **Paulo Braz (PS)**, relativa à gestão de resíduos urbanos e à limpeza pública, referiu que a situação constitui uma preocupação partilhada pelo Executivo da Junta de Freguesia. Informou que todas as reclamações recebidas têm sido transmitidas à Câmara Municipal de Montijo e que a questão tem sido regularmente abordada junto daquele órgão, quer através dos canais institucionais adequados, quer nos diversos fóruns de trabalho existentes. Acrescentou que o Executivo tem recebido garantias de que esta matéria constitui igualmente uma prioridade para a Câmara

Municipal, encontrando-se a aguardar a adoção das medidas necessárias à sua resolução. Por fim, relativamente às intervenções de reconhecimento dirigidas às comemorações do Dia Mundial da Criança, agradeceu as palavras de apreço manifestadas pelos diversos membros da Assembleia. Endereçou igualmente um agradecimento aos membros do Executivo, aos trabalhadores da Junta de Freguesia, aos voluntários envolvidos na organização da iniciativa e aos deputados da Assembleia de Freguesia que colaboraram na sua preparação e concretização.

Usou seguidamente da palavra o Deputado **Nuno Caetano** (CHEGA), que informou a Assembleia sobre os resultados alcançados pelo Clube de Patinagem do Montijo num torneio distrital organizado pela Associação de Patinagem de Setúbal, realizado nos dias 13 e 14 de junho. Referiu que a competição se encontra estruturada em várias fases, encontrando-se ainda por disputar a fase final. Destacou, contudo, os resultados já alcançados pelos atletas do clube, salientando a obtenção de diversos lugares de pódio e medalhas. Concluiu a sua intervenção enaltecendo o desempenho dos atletas participantes e associando-se ao reconhecimento anteriormente manifestado às associações e agentes desportivos do concelho pelos sucessos alcançados.

Tomou depois da palavra o Deputado **João Peres** (CDU), que apresentou uma intervenção e pedidos de esclarecimento cujo texto integral fica anexo à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo XVI). Na sua intervenção, começou por saudar a realização das comemorações do Dia Mundial da Criança promovidas pela Junta de Freguesia, assinalando, contudo, algumas situações relacionadas com o horário de início de atividades dirigidas ao público infantil. De seguida, questionou o Executivo acerca da divulgação da presente sessão da Assembleia de Freguesia, designadamente sobre a não publicação do respetivo edital nas redes sociais da Junta de Freguesia, considerando que tal poderia contribuir para uma maior participação dos fregueses nos trabalhos da Assembleia. Por último, solicitou esclarecimentos relativamente ao ponto de situação da criação de uma equipa multidisciplinar destinada à realização de pequenas intervenções de manutenção no espaço público, matéria anteriormente abordada em sessões da Assembleia. Nesse âmbito, questionou o Executivo sobre as diligências efetuadas para a constituição da referida equipa e sobre as medidas previstas para responder às necessidades de manutenção e reparação dos passeios da freguesia.

Em resposta ao pedido de esclarecimento apresentado pelo Deputado **João Peres** (CDU), o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia**, Vasco Fernandes, referiu que se mantinham os constrangimentos anteriormente identificados relativamente à constituição da equipa multidisciplinar destinada à realização de pequenas intervenções de manutenção no espaço público. Acrescentou que o processo continua a ser desenvolvido dentro das possibilidades legais e administrativas existentes, considerando que a concretização desta medida exige o cumprimento de diversos procedimentos e formalidades. O Senhor Presidente da Junta manifestou, ainda, a disponibilidade para conhecer exemplos de soluções semelhantes implementadas noutras freguesias,

entendendo que a partilha de boas práticas poderá contribuir para a definição das melhores respostas para a freguesia.

Seguidamente, usou da palavra o Deputado **João Marcelino** (CHEGA), que apresentou uma declaração política cujo texto integral fica anexo à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo XVII). Na sua intervenção, procedeu a uma reflexão sobre as prioridades de atuação das juntas de freguesia à luz do regime jurídico das autarquias locais, defendendo que a atividade destes órgãos deve privilegiar, em primeira linha, as competências relacionadas com a manutenção do espaço público, a limpeza urbana, os espaços verdes, a proteção da comunidade e a ação social. Considerou que o Executivo da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro tem atribuído particular relevância ao apoio ao movimento associativo e à realização de iniciativas culturais e recreativas, entendendo que deverá existir uma maior concentração de recursos e esforços nas competências que classificou como nucleares para a atividade da freguesia. Nesse contexto, questionou o Executivo acerca dos recursos financeiros e operacionais afetos à manutenção do espaço público, designadamente em matérias relacionadas com equipamentos urbanos, sinalização, iluminação pública e conservação de infraestruturas locais. Concluiu, apelando a uma redefinição das prioridades de atuação da Junta de Freguesia, no sentido de reforçar a intervenção nas áreas que considera essenciais ao bem-estar quotidiano da população.

Em resposta à intervenção do Deputado **João Marcelino** (CHEGA), o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia** referiu que as questões relacionadas com a execução financeira e a afetação de recursos poderiam ser aprofundadas aquando da apreciação dos documentos constantes da ordem de trabalhos. Esclareceu, ainda, que as competências da Junta de Freguesia se encontram definidas no regime jurídico aplicável, salientando que algumas das matérias referidas pelo Deputado não integram atualmente o conjunto de competências próprias da autarquia, designadamente no que respeita à limpeza das vias públicas, competência que deixou de ser exercida pela Junta de Freguesia no âmbito das alterações verificadas ao nível das transferências de competências. Relativamente à manutenção da sinalização toponímica, informou que o Executivo tem procedido à substituição de placas sempre que necessário, nomeadamente em situações de degradação ou vandalização. Concluiu a sua intervenção, reiterando a disponibilidade para prestar esclarecimentos adicionais no âmbito da discussão dos documentos de gestão e atividade constantes da ordem de trabalhos.

Não se registando mais intervenções no período antes da ordem do dia da Assembleia de Freguesia, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia**, Fernando Cepinha Belo, deu por encerrado o mesmo.

ORDEM DO DIA

De seguida, deu-se início à apreciação dos assuntos constantes da Ordem do Dia, começando pelo Ponto Um – 3.^a Alteração Orçamental Modificativa para o ano de 2026.

Para apresentação da proposta, o **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia**. No uso da palavra, apresentou a Proposta n.º 96/2026, referente à 3.ª Alteração Orçamental Modificativa para o ano de 2026, esclarecendo que a mesma visava a criação de duas rubricas orçamentais. Referiu que a primeira rubrica se destinava ao Festival de Ilustração e Banda Desenhada, iniciativa promovida pela União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro, e que a segunda dizia respeito à criação de uma rubrica destinada a ajudas de custo. Concluída a apresentação da proposta, o Senhor **Presidente da Junta** manifestou disponibilidade para prestar os esclarecimentos que os membros da Assembleia entendessem solicitar.

No período de discussão da proposta, usou da palavra o Deputado **João Peres** (CDU), que apresentou um pedido de esclarecimentos relativamente à 3.ª Alteração Orçamental Modificativa, cujo texto integral fica anexo à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo XVIII). O Deputado questionou o Executivo acerca da criação da rubrica destinada a ajudas de custo, bem como sobre a inscrição da verba para a realização do Festival de Ilustração e Banda Desenhada, pretendendo conhecer os objetivos da iniciativa, o seu modelo de organização, o local previsto para a sua realização, o eventual envolvimento de associações e coletividades locais e a perspetiva de continuidade do projeto em anos futuros. Solicitou, igualmente, esclarecimentos sobre a redução das verbas afetas às rubricas relativas a refeições confeccionadas e à Festa de Natal das Escolas e Jardins de Infância, questionando se a diminuição da dotação orçamental prevista para esta última iniciativa poderia comprometer a sua realização ou afetar as atividades habitualmente desenvolvidas no âmbito das comemorações de Natal destinadas à comunidade escolar.

Usou seguidamente da palavra o Deputado **Miguel Dias** (LIVRE), que apresentou uma sugestão relativamente à forma de apresentação das futuras propostas de alteração orçamental. Nesse sentido, considerou que os documentos submetidos à apreciação da Assembleia poderiam ser acompanhados por uma fundamentação mais detalhada, identificando de forma mais clara as rubricas criadas ou alteradas, os respetivos montantes e as razões subjacentes às alterações propostas, permitindo uma análise mais informada por parte dos membros da Assembleia. Referiu, ainda, que algumas das questões que pretendia ver esclarecidas já haviam sido colocadas pelo Deputado João Peres (CDU), pelo que aguardaria os esclarecimentos do Executivo sobre as matérias em discussão.

Tomou de seguida a palavra o Deputado **Pedro Gonçalves** (PSD), que manifestou concordância com a sugestão anteriormente apresentada pelo Deputado **Miguel Dias** (LIVRE). Referiu que seria útil que futuras propostas de alteração orçamental fossem acompanhadas de uma fundamentação mais detalhada, identificando de forma clara as alterações introduzidas e as respetivas justificações, considerando que tal facilitaria a análise dos documentos pelos membros da Assembleia e contribuiria para uma maior celeridade na discussão dos assuntos submetidos a apreciação.

Usou seguidamente da palavra o Deputado **João Marcelino** (CHEGA), que se associou às observações anteriormente apresentadas pelos restantes membros da Assembleia relativamente à necessidade de uma maior fundamentação das propostas de alteração orçamental. Referiu que a análise da documentação suscitou algumas dificuldades de interpretação, designadamente no que respeita às transferências de verbas entre rubricas, considerando importante que futuras propostas sejam acompanhadas de informação explicativa, que permita compreender de forma mais clara as alterações introduzidas e os respetivos fundamentos. Manifestou, ainda, concordância com os pedidos de esclarecimento já formulados pelos restantes deputados sobre a proposta em apreciação.

Tomou depois da palavra a Deputada **Maria Fernanda Fernandes** (PS), que manifestou concordância com as observações anteriormente apresentadas relativamente à necessidade de as propostas de alteração orçamental e os documentos financeiros serem acompanhados de uma nota introdutória ou enquadramento explicativo, que permita compreender as opções que fundamentam as alterações propostas. Relativamente à criação da rubrica destinada ao Festival de Ilustração e Banda Desenhada, considerou tratar-se de uma iniciativa potencialmente interessante para a freguesia, solicitando esclarecimentos adicionais sobre o projeto e questionando se a sua concretização implicará a apresentação futura de regulamentos ou outros instrumentos sujeitos à apreciação dos órgãos autárquicos.

Em resposta às questões colocadas acerca do Festival de Ilustração e Banda Desenhada, o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia** concedeu a palavra ao Primeiro Vogal do Executivo, **Eduardo Martins**, responsável pela organização da iniciativa. No uso da palavra, o Vogal **Eduardo Martins** esclareceu que o festival surge com o objetivo de criar, no Montijo, um espaço de encontro e divulgação artística dedicado à ilustração e à banda desenhada, promovendo o contacto da população, em particular dos mais jovens, com autores e criadores destas áreas. Referiu ainda a existência, no concelho, de diversos artistas e projetos ligados à banda desenhada e à ilustração, destacando o coletivo Tágilde, resultante de ações de formação anteriormente promovidas no concelho, bem como o trabalho desenvolvido por vários autores locais. Salientou, igualmente, a participação da ilustradora montijense Raquel Russo na conceção da imagem gráfica do festival. Informou que a iniciativa está a ser organizada pela União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro em colaboração com a associação Tentáculo e conta com o apoio da Câmara Municipal de Montijo. Esclareceu que o festival não dispõe, nesta fase, de regulamento próprio, embora esteja prevista a criação futura de um concurso associado ao evento, situação que poderá justificar a elaboração de normas ou regulamento específico a submeter aos órgãos competentes. Por último, informou que o Festival de Ilustração e Banda Desenhada se encontra previsto para os dias 3 e 4 de outubro de 2026, devendo decorrer em vários espaços da freguesia, incluindo instalações situadas no

Montijo e no Afonsoeiro, encontrando-se ainda em fase de preparação e definição do respetivo programa.

Retomando o uso da palavra, o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia** respondeu aos esclarecimentos solicitados pelos diversos membros da Assembleia. Relativamente às sugestões apresentadas quanto à forma de apresentação das alterações orçamentais, informou que as propostas seguem um modelo previamente definido, comprometendo-se, contudo, a analisar com os serviços a possibilidade de incluir, em futuras alterações orçamentais, uma nota explicativa que enquadre e fundamente as modificações propostas. Acrescentou ainda que os membros da Assembleia poderão, sempre que o entendam, solicitar esclarecimentos prévios ao Executivo através dos canais habituais de comunicação. No que respeita à criação da rubrica destinada a ajudas de custo, esclareceu que a mesma decorre da necessidade de dar cumprimento ao regime legal aplicável às deslocações em serviço público, permitindo o processamento de ajudas de custo e despesas de transporte aos membros dos órgãos autárquicos quando, em representação oficial da autarquia, realizem deslocações que preencham os requisitos legalmente previstos. Relativamente à redução da verba inscrita para a Festa de Natal das Escolas e Jardins de Infância, explicou que, aquando da elaboração do orçamento, o Executivo não dispunha ainda da informação posteriormente transmitida pela Câmara Municipal de Montijo no sentido de assumir a organização de uma festa de Natal de âmbito municipal. Considerando essa alteração de enquadramento, entendeu o Executivo proceder à redução da verba inicialmente prevista, por considerar que os encargos da Junta de Freguesia com esta iniciativa poderão ser inferiores aos inicialmente estimados. Concluiu referindo que, caso venha a revelar-se necessário reforçar a dotação orçamental afeta a esta atividade, o Executivo recorrerá aos mecanismos de alteração orçamental legalmente previstos.

Não se registando mais pedidos de esclarecimento, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** submeteu à votação o Ponto Um da Ordem de Trabalhos – 3.ª Alteração Orçamental Modificativa para o ano de 2026. A proposta foi **aprovada por maioria**, com **nove votos a favor** (6 do MVC e 3 do PSD), **dez abstenções** (5 do CHEGA, 3 do PS, 1 da CDU e 1 do LIVRE) e **zero votos contra**.

Em declaração de voto, a Deputada **Maria Fernanda Fernandes** (PS) referiu que o sentido de voto da bancada do Partido Socialista relativamente à 3.ª Alteração Orçamental Modificativa para o ano de 2026 refletia a mesma posição e os mesmos fundamentos anteriormente invocados aquando da apreciação e votação do Orçamento para o ano de 2026.

De seguida, em declaração de voto, o Deputado **Nuno Caetano** (CHEGA) apresentou a declaração de voto da sua bancada, cujo texto integral fica anexo à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo XIX), justificando a abstenção da sua bancada por considerar que a proposta em apreciação se limitava a proceder a uma reafectação de verbas entre

rubricas orçamentais, sem implicar um aumento da despesa global prevista. Referiu que as alterações propostas correspondiam a ajustamentos identificados pelo Executivo no decurso da execução orçamental, entendendo que este deve dispor da margem necessária para concretizar as opções de gestão que considera adequadas. Sem prejuízo das reservas que o CHEGA tem vindo a manifestar relativamente à atuação do Executivo, considerou que a presente alteração orçamental não justificava um voto desfavorável, fundamentando assim a opção pela abstenção.

Concluída a apreciação do Ponto Um da Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente da Mesa** deu início à apreciação do Ponto Dois – Informações do Senhor Presidente da Junta de Freguesia sobre a Atividade da Freguesia, prestadas nos termos e para efeitos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para apresentação das informações relativas à atividade desenvolvida pela Junta de Freguesia, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia**.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia** informou que o relatório de atividades e a informação financeira referentes ao período em análise haviam sido previamente disponibilizados aos membros da Assembleia. Na apresentação do documento, destacou as comemorações do Dia Mundial da Criança, promovidas pela Junta de Freguesia, bem como o aumento da utilização do autocarro e dos espaços disponibilizados pela autarquia às associações e à comunidade. Referiu igualmente o acréscimo de intervenções realizadas no âmbito da manutenção e reparação dos estabelecimentos de ensino da freguesia, bem como os trabalhos desenvolvidos na limpeza, conservação e reparação dos parques infantis. Concluiu, colocando-se à disposição da Assembleia para prestar os esclarecimentos considerados necessários relativamente à atividade desenvolvida pela Junta de Freguesia no período em apreciação.

No período de apreciação da atividade da freguesia, usou da palavra o Deputado **João Marcelino** (CHEGA), que sugeriu que os futuros relatórios de atividades passassem a incluir informação mais detalhada sobre os recursos financeiros afetos às diferentes áreas de intervenção da Junta de Freguesia. Referiu que, à semelhança da informação disponibilizada relativamente aos apoios atribuídos às coletividades, seria útil que os relatórios identificassem os montantes aplicados noutras áreas de atuação da autarquia, permitindo uma perceção mais completa da distribuição dos recursos e da atividade desenvolvida. O Deputado defendeu, ainda, a adoção de mecanismos de contabilidade analítica ou de instrumentos equivalentes que possibilitem uma melhor identificação dos custos associados às diversas atividades e serviços prestados pela Junta de Freguesia, considerando que tal contribuiria para uma análise mais rigorosa da gestão autárquica.

Usou seguidamente da palavra o Deputado **Miguel Dias** (LIVRE), que solicitou um esclarecimento relativamente à utilização do autocarro da Junta de Freguesia para transporte de um rancho folclórico, pretendendo conhecer o contexto em que essa

deslocação foi efetuada. Aproveitou ainda a ocasião para saudar o Executivo pela informação constante do relatório de atividades relativa aos apoios concedidos no âmbito da cultura, do desporto e dos tempos livres, considerando positiva a identificação das entidades apoiadas e dos respetivos montantes atribuídos, por entender que tal prática contribui para a transparência da atividade da autarquia.

Tomou depois da palavra o Deputado **Pedro Gonçalves** (PSD), que abordou a questão dos meios de transporte disponibilizados pela Junta de Freguesia às associações e demais entidades da comunidade. Referiu que alguns dos veículos atualmente ao serviço da autarquia apresentam já um elevado grau de utilização, questionando o Executivo sobre a existência de um plano de renovação ou substituição da frota, designadamente da viatura ligeira de mercadorias, da carrinha de transporte de passageiros e, a médio prazo, do próprio autocarro. Sublinhou a importância de garantir adequadas condições de segurança nos transportes disponibilizados pela Junta de Freguesia, atendendo ao elevado número de deslocações efetuadas em apoio ao movimento associativo e à população.

Em resposta à questão colocada pelo Deputado **Pedro Gonçalves** (PSD), o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia** concedeu a palavra ao Segundo Vogal do Executivo, **Alexandre Quendera**. No uso da palavra, o Vogal do Executivo, **Alexandre Quendera**, esclareceu que o autocarro da Junta de Freguesia reúne atualmente todas as condições legais e técnicas necessárias para a sua utilização, encontrando-se sujeito às inspeções periódicas legalmente exigidas. Referiu que o veículo tem cerca de treze anos de utilização e que a sua manutenção tem sido efetuada de forma regular e preventiva, privilegiando-se a assistência técnica especializada, de modo a garantir elevados padrões de segurança e fiabilidade. Acrescentou ainda que a utilização do autocarro é acompanhada por motoristas habituais da autarquia, circunstância que contribui para a sua boa conservação. Concluiu afirmando que, no que respeita ao autocarro, o Executivo não identifica, de momento, motivos de preocupação quanto à sua operacionalidade e segurança, distinguindo essa situação da realidade de outras viaturas da frota municipal.

Retomando o uso da palavra, o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia** complementou os esclarecimentos prestados relativamente à frota de viaturas da autarquia. Informou que o Executivo se encontra a avaliar soluções para a substituição da viatura ligeira de cinco lugares atualmente ao serviço da Junta de Freguesia, bem como alternativas para fazer face aos problemas mecânicos recentemente verificados na viatura de maior dimensão. Referiu que estão a ser analisadas diferentes possibilidades, incluindo a aquisição de novos veículos e outras modalidades de utilização, tendo em consideração os respetivos encargos financeiros e as limitações orçamentais existentes. Acrescentou ainda que foram recolhidas informações junto de outras juntas de freguesia que adotaram soluções alternativas nesta matéria, com o objetivo de identificar a opção mais adequada às necessidades da autarquia. Relativamente à utilização do autocarro para transporte do Rancho Folclórico da Atalaia, esclareceu que o pedido foi autorizado ao abrigo do

regulamento em vigor, o qual prevê a cedência da viatura, mediante disponibilidade, a entidades sem fins lucrativos do concelho, após salvaguardadas as necessidades das associações e entidades da freguesia. Respondendo à questão colocada pelo Deputado **João Marcelino** (CHEGA) sobre a contabilidade analítica, referiu que este modelo contabilístico não é atualmente obrigatório para a União das Freguesias, considerando que a sua implementação implicaria um acréscimo de encargos administrativos. Acrescentou que toda a documentação e informação relativa à atividade e gestão da Junta de Freguesia se encontra disponível para consulta pelos membros da Assembleia, mediante solicitação junto dos serviços da autarquia.

Nada mais havendo a tratar, foi redigida, lida e **aprovada por unanimidade** a minuta da ata da presente sessão, a qual fica anexa e dela faz parte integrante (Anexo XX). A referida minuta foi assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, **Fernando António Neves Cepinha Belo**, e pela assistente técnica, **Liliana Sofia da Costa Miranda Quintão Caldeira**, que a redigiu, nos termos legais aplicáveis. Assim, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia** deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas e dez minutos, agradecendo a presença, a participação e o trabalho de todos os intervenientes.

O Presidente da Mesa da Assembleia

Fernando António Neves Cepinha Belo

A 1ª Secretária da Mesa da Assembleia

Íris Bona Pereira

O 2º Secretário da Mesa da Assembleia

Tiago Miguel Rodrigues Oliveira

LISTAGEM DOS ANEXOS

- ANEXO I – Lista de presenças da sessão.
- ANEXO II – Primeiro esclarecimento escrito apresentado pelo Presidente da Junta de Freguesia.
- ANEXO III – Segundo esclarecimento escrito apresentado pelo Presidente da Junta de Freguesia.
- ANEXO IV – Recomendação apresentada pelo Deputado do LIVRE, relativa à criação de uma sala de apoio ao estudo para alunos do 1.º ao 9.º ano de escolaridade.
- ANEXO V – Voto de pesar pelo falecimento de Avelino dos Santos Antunes, apresentado pelo Deputado João Peres (CDU).
- ANEXO VI – Declaração de voto da bancada do CHEGA relativa ao voto de pesar pelo falecimento de Avelino dos Santos Antunes, apresentada pelo Deputado Celestino Nunes.
- ANEXO VII – Declaração de reconhecimento e saudação à União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro pela organização das comemorações do Dia Mundial da Criança, apresentada pela Deputada Maria João Castanheiro (MVC).
- ANEXO VIII – Declaração escrita da bancada do PSD relativa à recomendação para a criação de uma sala de apoio ao estudo, apresentada pelo Deputado Pedro Gonçalves.
- ANEXO IX – Declaração de voto da bancada do CHEGA relativa à recomendação para a criação de uma sala de apoio ao estudo, apresentada pela Deputada Maria Clara Sousa.
- ANEXO X – Declaração de voto da bancada da CDU relativa à recomendação para a criação de uma sala de apoio ao estudo, apresentada pelo Deputado João Peres.
- ANEXO XI – Declaração de voto do Movimento Visão e Coração (MVC) relativa à recomendação para a criação de uma sala de apoio ao estudo, apresentada pela Deputada Nélia Serrano.
- ANEXO XII – Declaração de felicitação apresentada pelo Deputado Tiago Oliveira (MVC), relativa aos resultados alcançados por associações, clubes, atletas e grupos culturais do concelho de Montijo.
- ANEXO XIII – Declaração política apresentada pela Deputada Íris Pereira (MVC), relativa ao Mês da Consciencialização para a Saúde Mental Masculina.
- ANEXO XIV – Declaração política apresentada pela Deputada Maria Fernanda Fernandes (PS), integrada na iniciativa “Viagens na Minha Terra”, sob o título “Viagem Virtual pelo Site da Freguesia”.

ANEXO XV – Declaração política apresentada pelo Deputado Paulo Braz (PS), integrada na iniciativa “Viagens na Minha Terra”, relativa à gestão de resíduos urbanos e à limpeza pública.

ANEXO XVI – Intervenção e pedidos de esclarecimento apresentados pelo Deputado João Peres (CDU).

ANEXO XVII – Declaração política apresentada pelo Deputado João Marcelino (CHEGA), relativa às prioridades de atuação das juntas de freguesia.

ANEXO XVIII – Pedido de esclarecimentos apresentado pelo Deputado João Peres (CDU), relativo à 3.ª Alteração Orçamental Modificativa para o ano de 2026.

ANEXO XIX – Declaração de voto da bancada do CHEGA relativa à 3.ª Alteração Orçamental Modificativa para o ano de 2026, apresentada pelo Deputado Nuno Caetano.

ANEXO XX – Minuta da ata da sessão.



UNION DAS FREGUESIAS DE MONTIJO E AFONSOEIRO

**MONTIJO
E AFONSOEIRO**

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MONTIJO E AFONSOEIRO

ORDINÁRIA

Lista de Presenças | 18 de junho de 2026

João Miguel Poças da Cruz Marcelino	<i>João Miguel Poças da Cruz Marcelino</i>
Pedro Manuel Sousa Gonçalves	<i>Pedro Manuel Sousa Gonçalves</i>
Maria Fernanda Pereira Fernandes Carreira	<i>Maria Fernanda Pereira Fernandes Carreira</i>
Nuno Miguel da Costa Caetano	<i>Nuno Miguel da Costa Caetano</i>
João Carlos Cavaco Peres	<i>João Carlos Cavaco Peres</i>
Guilherme Rodrigues Lopes da Silva	<i>Guilherme Rodrigues Lopes da Silva</i>
Maria Clara Ferreira Portela de Sousa	<i>Maria Clara Ferreira Portela de Sousa</i>
António Carlos Dias Ramos	<i>António Carlos Dias Ramos</i>
Celestino Fernando Lucas Nunes	<i>Celestino Fernando Lucas Nunes</i>
José Pedro Simões Pato	<i>José Pedro Simões Pato</i>
Miguel Videira Cardoso Dias	<i>Miguel Videira Cardoso Dias</i>
Fernando António Neves Cepinha Belo	<i>Fernando António Neves Cepinha Belo</i>
Nélia Maria Caeiro Espada Serrano	<i>Nélia Maria Caeiro Espada Serrano</i>
Maria João dos Santos Castanheiro Guerreiro	<i>Maria João dos Santos Castanheiro Guerreiro</i>
Tiago Miguel Rodrigues Oliveira	<i>Tiago Miguel Rodrigues Oliveira</i>
Iris Bona Pereira	<i>Iris Bona Pereira</i>
António Luís Costa de Oliveira	<i>António Luís Costa de Oliveira</i>
Isabel Maria Daniel Bentes dos Santos	<i>Isabel Maria Daniel Bentes dos Santos</i>
Paulo Jorge Jordão Braz	<i>Paulo Jorge Jordão Braz</i>

O Presidente da Mesa da Assembleia da
União de Freguesias de Montijo e Afonsoeiro

ESCLARECIMENTO

Perante algumas interpretações relativas à minha intervenção na última sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia, considero importante esclarecer que, em momento algum, procurei influenciar ou condicionar as competências da Mesa ou da própria Assembleia de Freguesia, cuja autonomia e legitimidade sempre respeitei.

A minha intervenção teve apenas como objetivo alertar para eventuais dúvidas quanto ao enquadramento legal da situação em apreciação, por entender que é dever de qualquer eleito autárquico contribuir para que os procedimentos adotados respeitem o quadro legal aplicável. Não procurei impor qualquer entendimento nem interferir numa decisão que competia exclusivamente à Assembleia e à sua Mesa.

Importa recordar que a condução deste processo coube ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, no exercício das suas competências, tendo sido o próprio proponente que decidiu não avançar com a leitura do voto de pesar naquela sessão.

Rejeito, por isso, qualquer interpretação de condicionamento ou interferência. A minha atuação pautou-se exclusivamente pelo respeito pela legalidade e pelo regular funcionamento dos órgãos autárquicos.

Quero ainda destacar o clima de respeito institucional e cooperação que tem caracterizado as relações entre o Executivo e a Assembleia de Freguesia, bem como o contributo e o envolvimento dos Senhores Deputados nas diversas iniciativas e atividades da freguesia, sempre em benefício da nossa comunidade.

Continuarei a exercer as minhas funções com responsabilidade, respeito democrático e compromisso com o interesse público.

Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia,

Senhoras e Senhores Deputados,

Quero começar por agradecer aos Senhores Deputados Maria Fernanda Fernandes e Miguel Dias a atenção e o contributo prestados na análise do Relatório de Gestão de 2025 e do Projeto de Regulamento e Tabela de Taxas da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro.

Relativamente ao Relatório de Gestão, foi identificado e corrigido um erro de cálculo na tabela síntese das reconciliações bancárias, não subsistindo qualquer incorreção nos valores apresentados.

Quanto ao Projeto de Regulamento e Tabela de Taxas, confirmou-se a existência de alguns lapsos formais. Foi corrigida a fórmula do Valor Hora do Trabalhador Normal, sem qualquer alteração ao valor final apurado; retificado o valor das prestações sociais; e clarificada a fórmula relativa aos balneários públicos, eliminando uma ambiguidade na sua apresentação.

Importa salientar que todas estas situações têm natureza meramente formal e não afetam os valores das taxas propostas nem a metodologia utilizada no seu cálculo. As respetivas correções serão introduzidas antes da publicação do documento em Diário da República.

Reitero o agradecimento aos Senhores Deputados pelos contributos apresentados, que contribuem para reforçar o rigor, a transparência e a qualidade do trabalho desenvolvido pela União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro.



Proposta de recomendação ao Executivo da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro

Criação de uma sala de apoio ao estudo para crianças do 1.º ao 9.º ano, destinada a agregados familiares com carências socioeconómicas.

Na nossa freguesia, como em tantas outras, há famílias que não conseguem pagar explicações e apoios ao estudo. Famílias em que os seus educandos chegam a casa e não têm apoio para estudar. Não porque as famílias não queiram, mas porque não conseguem. E isso significa que há hoje na nossa freguesia, crianças e jovens que ficam para trás — não por falta de capacidade, mas por falta de oportunidades.

Esta proposta parte de uma ideia simples: a escola pública garante a universalidade no acesso à educação, mas nem todos partem do mesmo patamar e por isso o sucesso escolar e educativo não pode nem deve depender da carteira dos pais.

Aquilo que propomos é uma resposta de proximidade, concreta e realista: uma sala de estudo gratuita, com acompanhamento qualificado, aproveitando recursos da própria comunidade — professores, centros de estudo e associações.

Não estamos a propor algo abstrato. Estamos a propor uma medida exequível, com impacto direto na vida das famílias que mais precisam.

Assim, considerando que:

- a educação é um direito fundamental e um instrumento essencial de igualdade e emancipação;
- apesar desse princípio, continuam a existir desigualdades profundas no acesso a apoio educativo complementar, dependentes da condição económica das famílias;
- na ausência de respostas públicas de proximidade suficientes, muitas crianças e jovens ficam privados do acompanhamento necessário ao seu sucesso escolar;
- a freguesia deve assumir um papel ativo na resposta a estas desigualdades, não se limitando a uma função administrativa, mas afirmando-se como agente de coesão social;
- é determinante intervir precocemente no percurso escolar, apoiando alunos com dificuldades e contribuindo para prevenir o insucesso e o abandono;
- ao nível das autarquias locais, a freguesia é a unidade com menor escala mas que se encontra mais próxima das pessoas.

O Partido LIVRE propõe à Assembleia de Freguesia da União das Freguesias do Montijo e Afonsoeiro que delibere recomendar à Junta de Freguesia a criação de uma **Sala de Estudo com Apoio Escolar Gratuito**, destinada a alunos do 1.º ao 9.º ano de escolaridade, residentes na freguesia, destinada a agregados familiares em situação de maior vulnerabilidade económica e que terá por objetivos:

- Promover a igualdade no acesso à educação;
- Combater o insucesso e o abandono escolar;
- Apoiar as famílias mais carenciadas;
- Apoiar alunos com dificuldades de aprendizagem;
- Criar um espaço comunitário de estudo, acompanhamento e entreaajuda;
- Reforçar o papel da freguesia como agente ativo de inclusão.

O LIVRE recomenda ainda que a implementação desta medida deverá assentar numa lógica de proximidade, cooperação e valorização dos recursos existentes na comunidade, nomeadamente através de:

- Funcionamento em horário pós-letivo, em instalações da Junta de Freguesia ou espaços protocolados;
- Acompanhamento por professores, explicadores ou voluntários qualificados;
- Estabelecimento de protocolos com centros de estudo, agrupamentos de escolas e associações locais;
- Articulação com escolas e serviços sociais para identificação dos alunos a apoiar.

Deve também ser garantido que o acesso à Sala de Estudo deverá ser gratuito, com critérios claros e transparentes, assegurando que se destina a alunos em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica e que não conseguem ter acesso a apoios ao estudo pelos seus meios.

Através da implementação desta medida, podemos contribuir decisivamente para garantir que nenhuma criança ou jovem fique para trás na nossa freguesia e que estamos, de facto, a passar da intenção à ação.

Esta proposta traduz uma visão de freguesia mais justa, próxima e solidária, onde a educação é assumida como uma responsabilidade coletiva e um investimento no futuro comum.

O LIVRE, como é seu apanágio, está disposto em colaborar ativamente na elaboração do regulamento e normas que visem colocar esta proposta em prática.

Montijo, 14 de junho de 2026

P'lo LIVRE



Assinado por: Miguel Videira
Cardoso Dias
Identificação: BI10550705
Data: 2026-06-14 às 22:55:20



PCP-PEV



Voto de Pesar

“Sobre o falecimento de Avelino Antunes”

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia da
União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro,

Exmos. Membros da Assembleia de Freguesia da
União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro,

No dia 13 de Maio, o militante comunista Avelino dos Santos Antunes, natural do Montijo, cidade onde residia, faleceu. Nascido a 13 Setembro de 1948, foi motorista de profissão, na Câmara Municipal do Montijo, tendo sido membro da Mesa da Assembleia Distrital do STAL. Era militante do PCP desde 1 de Janeiro de 1975, foi funcionário do PCP e, ao longo da sua vida no Partido, desempenhou múltiplas tarefas e assumiu diferentes responsabilidades no trabalho de direcção aos vários níveis. Foi membro da Direcção da Organização Regional de Setúbal de 1990 a 2023 e fez parte do seu Executivo e da sua Comissão Executiva.

Foi membro da Comissão junto do Comité Central para o trabalho junto dos Pequenos e Médios agricultores.

Era, ainda, membro do Secretariado e do Executivo da Comissão Concelhia do Montijo, e foi candidato da CDU a vários órgãos autárquicos, sendo eleito para a Assembleia Municipal do Montijo, em diversos mandatos. Foi membro dos órgãos sociais da Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal (AADS), sendo, durante anos, um dos seus principais dinamizadores.

Foi Conselheiro da CNA - Confederação Nacional da Agricultura.

Em todas as tarefas, no Partido, no plano unitário e nos órgãos autárquicos, Avelino Antunes colocou toda a sua disponibilidade, empenhamento e determinação, ao serviço dos trabalhadores e do povo.

Camarada afável, amigo, rigoroso no trabalho, com grande firmeza política e ideológica, homem de profundas convicções na defesa dos princípios, valores, ideais e do funcionamento democrático do seu Partido de sempre, o Partido Comunista Português.